



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

ASPECTOS EPIDEMIOLÓGICOS DAS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS NA POPULAÇÃO NEGRA

Autores: JOSELINA RODRIGUES MOREIRA, LUDMILA COTRIM FAGUNDES, SAMUEL DE PAIVA OLIVEIRA, ISABELLA MARQUES DE ALMEIDA FREITAS, CAROLINA JÚNIA REIS PAZ, DANIEL ANTUNES FREITAS

Introdução

É sabido que, no Brasil, a excessiva concentração de renda compõe o cenário socioeconômico do país, determinando desigualdades em diversos segmentos sociais, dentre eles pode-se citar a população negra. Embora numerosa, visto que há cerca de 82 milhões de pardos e 15 milhões de pretos, entre cerca de 191 milhões de habitantes segundo censo de 2010, os negros apresentam piores condições de trabalho, menores salários, maiores probabilidade de pobreza e sofrem mais restrições no acesso aos serviços de saúde, podendo a variável “raça” ser compreendida como um importante prenunciador do estado de saúde da população (MALTA; MOURA; BERNAL, 2015).

Outro aspecto importante na avaliação da situação de saúde é o envelhecimento da população brasileira, em que as doenças crônicas passaram a corresponder uma expressiva e crescente demanda aos serviços saúde (BARROS, et al, 2011). Tais acometimentos determinam uma evolução desfavorável para os indivíduos afetados e custo elevado, afetando todos os aspectos da saúde das pessoas, além de aumentar os custos do sistema de saúde, como, por exemplo, a doença renal crônica, que ocasiona perda progressiva e irreversível da função renal, um desfecho de saúde grave e de alto custo econômico e social, exigindo terapia renal substitutiva na forma dialítica (hemodiálise e diálise peritoneal) ou transplante para a manutenção da vida (MOURA, et al, 2015).

Ao relacionar tal contexto à questão racial, pode-se afirmar a maior prevalência das doenças crônicas autorreferidas nas pessoas negras comparadas às brancas, contudo, os fatores de risco dessas moléstias na perspectiva da raça ainda são pouco explorados (MALTA; MOURA; BERNAL, 2015).

Assim, a piora na condição de vida em função da cor da pele ou raça é considerada como um problema de saúde pública e correlacioná-lo aos atuais agravos de saúde torna-se fundamental (MALTA; MOURA; BERNAL, 2015). Dessa forma, o objetivo do presente estudo é identificar na literatura científica os aspectos epidemiológicos das doenças crônicas não transmissíveis na população negra.

Materiais e métodos

Este estudo é uma revisão sistematizada com análise crítico-reflexiva, desenvolvida mediante pesquisa bibliográfica em base de dados online com artigos publicados em periódicos da língua portuguesa entre os anos de 2008 e 2018. Foram utilizados os descritores “Doença crônica” e “raça” na Base de Dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e “Doença crônica” e “cor” na Base de Dados SCIELO.

Foram analisados 108 artigos originais publicados na íntegra na Base de Dados BVS e SCIELO. Ao final da seleção da amostra, foram excluídos artigos repetidos, incompletos e que não atenderem aos objetivos propostos. A amostra final compôs-se de 10 artigos, lidos e analisados integralmente em atenção ao problema de pesquisa.

Resultados e discussão

Dos dez artigos analisados, oito tratava-se de estudos transversais e dois de estudos descritivos, em que sete deles foram publicados em 2015, dois no ano de 2017 e um no ano de 2011.

Em relação às metodologias aplicadas, estão: 1) Estudo transversal com dados coletados pelo sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), em 27 cidades no ano de 2012, apresentando estimativas relativas à população branca (raça/cor autodeclarada branca) e à população raça/cor autodeclarada preta e parda; 2) Estudo transversal, cujos dados foram coletados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), uma pesquisa de base domiciliar, de âmbito nacional, realizada pelo Ministério da Saúde (MS) e pela Fundação Oswaldo Cruz, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos anos de 2013 e 2014; 3) Estudo transversal utilizando dados da PNS realizada em 2013, inquérito domiciliar que empregou amostragem por conglomerado em três estágios, com estratificação das unidades primárias de amostragem. Os setores censitários ou conjunto de setores foram as unidades primárias, os domicílios foram as unidades de segundo estágio e os moradores com 18 anos ou mais de idade, as unidades de terceiro estágio; 4) Estudo realizado com base na PNS, em que foram entrevistados um morador adulto em cada um dos 62.986 domicílios distribuídos em todo o território brasileiro, totalizando 60.202 adultos que responderam ao módulo sobre doenças crônicas e estilos de vida; 5) Estudo descritivo



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

Em um país como o Brasil, marcado pela persistência dos elevados níveis de concentração de renda, o monitoramento periódico de saúde é crucial (BARROS, et al, 2011). Tradicionalmente, a pesquisa do estado de saúde de uma população era baseada em indicadores de mortalidade. Contudo, o aumento da expectativa de vida trouxe a necessidade de novos indicadores, os quais incluíssem medidas de qualidade de vida. Para tanto, a autoavaliação de saúde (AAS) vem sendo largamente utilizada para descrever o estado de saúde de uma população, visto que a percepção individual do estado de higidez integra componentes físicos, emocionais, do bem-estar e de satisfação, ampliando a visão de qualidade de vida (SZWARCIVALDI, et al, 2015).

Posto isso, é relevante o estudo das doenças crônicas não transmissíveis por meio da AAS dos brasileiros, como a PNS, buscando identificar os principais determinantes sociodemográficos, dentre eles, a raça/cor, sabendo-se que indivíduos não brancos avaliam pior a sua saúde do que os brancos (SZWARCIVALDI, et al, 2015).

Ao avaliar a prevalência de diabetes mellitus autorreferido, segundo dados da PNS realizada em 2013, tem-se que esta tende a ser maior nos indivíduos de cor preta. No Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (ELSA-Brasil) demonstra uma associação positiva, cuja prevalência do diabetes, determinado por relato e também por exames laboratoriais, foi 9% maior em pardos e 38% maior em pretos do que em brancos (MALTA, et al, 2017).

Na hipertensão arterial, um dos principais fatores de risco modificáveis para doenças do aparelho cardiovascular e um dos mais importantes problemas de saúde pública, ao mensurar quanto à raça, pardos referem menor frequência de hipertensão, e não houve diferenças entre pretos e brancos. Contudo, a PNS assinalou desigualdades, como menor uso de medicamentos, menor acesso a consultas com especialistas, menor frequência na continuidade do tratamento com o mesmo médico e menor frequência de exames na população negra. Logo, a raça/cor negra constitui um fator de iniquidade no acesso às práticas de cuidado ao hipertenso, demandando políticas públicas afirmativas no enfrentamento das desigualdades (MALTA, et al, 2015). Outros estudos reiteram a maior morbimortalidade em decorrência da hipertensão arterial e de outras doenças crônicas em pessoas de raça/cor da pele preta (ANDRADE, et al, 2015).

No que se refere à doença renal crônica, foi constatada maior prevalência de autorrelato de diagnóstico médico entre os indivíduos que se declararam pardos. Indivíduos da raça/cor da pele negra (pretos e pardos) são mais propensos a desenvolver doença renal crônica terminal devido à maior frequência de casos de glomerulonefrite, hipertensão e nefropatia diabética. Estudos evidenciam a dificuldade no acesso à terapia renal substitutiva, especialmente quanto aos aspectos de desigualdade social, dentre eles raça/cor da pele (MOURA, et al, 2015).

A anemia, definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como diminuição da concentração de hemoglobina circulante no sangue, é outra afecção relacionada ao aumento do risco de mortalidade e morbidade, assim como na redução da qualidade de vida, sendo importante avaliá-la sob a perspectiva racial. Na comparação da cor, a associação estatisticamente significativa se configurou apontando que os idosos da cor preta apresentavam mais anemia (BUFFON, et al, 2015).

Em relação à Asma, os dados apontam indivíduos de cor branca foram aqueles com maior prevalência de diagnóstico médico comparada aos demais, contrapondo às demais afecções crônicas (MENEZES, et al, 2015).

Vale ressaltar que a exposição precoce aos fatores de risco para a saúde, desde a época da adolescência, como o uso de tabaco, o consumo de álcool, a alimentação inadequada e o sedentarismo, associa-se às doenças crônicas não transmissíveis. A título de exemplificação, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar evidencia maior consumo regular e experimentação de cigarro em escolares pretos, bem como maior experimentação de drogas ilícitas (MALTA, et al, 2017).

Outro aspecto relevante é a necessidade de realizar o ajuste metodológico na análise das desigualdades raciais, visto que tal questão é muitas vezes associada a outros aspectos, como o acesso a informação, ocupação, bens, serviços e saúde, bem como a percepção do racismo sofrido pelas pessoas. Porém, mesmo após o ajuste por fatores socioeconômicos e demográficos, a raça/cor constitui um determinante na falta de equidade em saúde, visto que persistiram fatores entre negros e pardos, como maior prática de atividade física em atividades de trabalho extenuantes, nem sempre benéficas à saúde, menor consumo de frutas e legumes e maior prevalência de hipertensão arterial (MALTA, et al, 2015).



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

Considerações finais

Diante do exposto, conclui-se que a variável “raça” é um fator prenunciador do estado de saúde da população, em que diversas doenças crônicas não transmissíveis têm sua prevalência aumentada ao serem avaliadas por tal critério, como a hipertensão arterial, o diabetes mellitus, a doença renal crônica e a anemia.

Embora tal parâmetro possa estar associado a outros aspectos de desigualdade social, ao realizar o ajuste metodológico por fatores socioeconômicos e demográficos, a raça/cor continuou exercendo influência no processo saúde-doença.

A redução das disparidades raciais é importante na prevenção de doenças e agravos à saúde. Deve-se, portanto, apoiar políticas públicas visando à redução das desigualdades sociais, em busca de ações afirmativas que sirvam as necessidades reais da população negra no Brasil.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, S. S. de A., et al. Prevalência de hipertensão arterial autorreferida na população brasileira: análise da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v.24, n.2, p. 297-304, abr-jun, 2015.
- BARROS, M. B. A., et al. Tendências das desigualdades sociais e demográficas na prevalência de doenças crônicas no Brasil, PNAD: 2003- 2008. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v.16, n.9, p.3755-3768, 2011.
- BUFFON, P.L.D., et al. Prevalência e caracterização da anemia em idosos atendidos pela Estratégia Saúde da Família. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v.18, n.2, p. 373-384, 2015.
- MALTA, D.C.; MOURA, L. de; BERNAL, R.T.I. Diferenciais dos fatores de risco de Doenças Crônicas não Transmissíveis na perspectiva de raça/cor. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v.20, n.3, p.713-725, 2015.
- MALTA, D.C., et al. Fatores associados ao diabetes autorreferido segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Revista de Saúde Pública**, v.51, n.1, 2017.
- MALTA, D.C., et al. Cuidado em saúde em adultos com hipertensão arterial autorreferida no Brasil segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.18, n. 12, p. 109-122, dez. 2015.
- MALTA, D.C., et al. Fatores de risco e proteção de doenças e agravos não transmissíveis em adolescentes segundo raça/cor: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.20, n.2, p. 247-259, abr-jun. 2017.
- MENEZES, A. M. B., et al. Prevalência de diagnóstico médico de asma em adultos brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.18, n.2, p. 204-213, dez. 2015.
- MOURA, L. de, et al. Prevalência de autorrelato de diagnóstico médico de doença renal crônica no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.18, n.2, p. 181-191, dez. 2015.
- SZWARCWALDI, C. L., et al. Determinantes da autoavaliação de saúde no Brasil e a influência dos comportamentos saudáveis: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.18, n.2, p. 33-44, dez. 2015.